

Sessão da Câmara que votou a MP 482 - Cronologia

8/06/2010 18:23

MP sobre sanções comerciais passa a ser o primeiro item da pauta

O Plenário aprovou, por 212 votos a 46, a inversão da pauta para que a Medida Provisória [482/10](#) passe a ser o primeiro item em discussão.

A MP viabiliza a aplicação, pelo Brasil, de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão. Neste momento, o deputado Fábio Ramalho (PV-MG) apresenta o seu parecer sobre a MP.

08/06/2010 19:26

Relator muda MP sobre sanções comerciais

O deputado Fábio Ramalho (PV-MG) concluiu a apresentação do seu parecer à Medida Provisória 482/10, que viabiliza a aplicação, pelo Brasil, de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão. O relator apresentou um [projeto de lei de conversão \(PLV 6-10\)](#) com mudanças feitas a pedido do governo.

Uma delas permite a redução do Imposto de Importação de produtos de países classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de menor desenvolvimento relativo.

08/06/2010 19:44

Plenário mantém em pauta MP sobre sanções comerciais

O Plenário rejeitou, por 270 votos a 1, o pedido da oposição de adiamento da votação da Medida Provisória 482/10 por duas sessões. A MP viabiliza a aplicação, pelo Brasil, de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão.

O relator da MP, deputado Fábio Ramalho (PV-MG), apresentou um [projeto de lei de conversão \(PLV 6-10\)](#) com mudanças feitas a pedido do governo. Uma delas permite a redução do Imposto de Importação de produtos de países classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de menor desenvolvimento relativo.

08/06/2010 21:17

Relator de MP estabelece requisito para benefício a países pobres

Depois da retomada dos trabalhos do Plenário, suspensos por cerca de dez minutos, o relator da Medida Provisória 482/10, deputado Fábio Ramalho (PV-MG), mudou o seu parecer sobre a MP. Ele acrescentou regras em seu **projeto de lei de conversão** para permitir a aplicação de alíquotas reduzidas de Imposto de Importação (II) sobre produtos de países classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de menor desenvolvimento.

Ramalho estabeleceu que somente poderá ser aprovada a redução de alíquota para países que participem, em determinado setor industrial, com até 3% das importações brasileiras.

08/06/2010 22:03

Plenário aprova MP sobre sanções comerciais

O Plenário aprovou o **projeto de lei de conversão** do deputado Fábio Ramalho (PV-MG) para a Medida Provisória 482/10, que viabiliza a aplicação, pelo Brasil, de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão. A matéria segue para o Senado, mas perde a vigência na sexta-feira (11).

Pouco antes da votação, os partidos chegaram a um acordo e o Plenário aprovou um **destaque** da oposição para retirar, do texto, a permissão ao governo para reduzir o Imposto de Importação de produtos de países classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de menor desenvolvimento.

Em seguida, a sessão foi encerrada.

08/06/2010 22:56

Benefício a países pobres deixa de ser incluído na MP

Pouco antes da votação da MP 482/10 nesta terça-feira, os partidos chegaram a um acordo e o Plenário aprovou um **destaque** da oposição para retirar, do texto do relator Fábio Ramalho (PV-MG), a permissão dada ao governo para reduzir o Imposto de Importação de produtos de países classificados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de menor desenvolvimento.

Essa permissão havia sido incluída pelo relator no texto a pedido do governo, mas provocou divergências no plenário. O líder do PSDB, deputado João Almeida (BA), disse que o seu partido apoiava a MP, mas não esse dispositivo.

Vanderlei Macris (PSDB-SP) também criticou esse ponto. Segundo ele, o Brasil estaria se abrindo para o produto estrangeiro e a consequência poderia ser a "quebra do setor têxtil, que emprega 1,6 milhão de pessoas".

Porém, segundo o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), essa crítica foi infundada: "Não há interesse menor; nós queremos uma política externa com grandeza, que dote o Brasil de mecanismos usados por outros países, inclusive os Estados Unidos, para reduzir impostos sobre produtos de países de menor desenvolvimento, por razões humanitárias."